

# Ata de Reunião - 17 de junho de 2003

por Cep — publicado 18/06/2003 00h00, última modificação 11/12/2014 11h40

**ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 17 DE JUNHO DE 2003. Local: sala 232, Anexo II, Palácio do Planalto. Horário: 10:30 às 16:00hs**

## **Presentes:**

Antoninho Marmo Trevisan, Celina Vargas do Amaral Peixoto, João Camilo Penna, João Geraldo Piquet Carneiro (Presidente), Marcílio Marques Moreira e Maria Victoria Mesquita Benevides Soares.

1. Piquet Carneiro iniciou a reunião registrando o fim dos mandatos de Adhemar Ghisi e Lourdes Sola e a nomeação pelo Presidente da República, em 27.6.2003, dos novos integrantes da Comissão Antoninho Marmo Trevisan e Maria Victoria de Mesquita Benevides Soares, aos quais apresentou as boas-vindas. Em seguida submeteu a proposta de agenda de trabalho.

2. Inicialmente, Piquet registrou que, pelo Regimento Interno da Comissão, o mandato de presidente é de um ano e que em maio último iniciou o seu terceiro mandato. Propôs que o Colegiado considere a conveniência da escolha de novo presidente e ficou acertado que a questão seria objeto de exame na próxima reunião.

3. Foi aprovada a ata da reunião de 14.4.2003, sem o voto dos membros recém-nomeados.

4. Comunicações e deliberações:

a) Realização pelo Ministério da Justiça e pela OEA de evento para apresentação da “Convenção Contra a Corrupção”, que trata, entre outros temas, da prevenção de conflitos de interesses na Administração Pública. Aproveitando a presença de especialistas dos EE.UU junto a OEA, foi também realizada mesa-redonda no dia seguinte para debater a experiência daquele país na matéria. b) Participação do presidente da Comissão no III Fórum Global Anticorrupção, a convite do governo da Coréia do Sul, em painel sobre nepotismo e compadrio. Integrou a missão do governo ao evento o ministro Waldir Pires, da CGU, que proferiu palestra no encerramento e confirmou que o Brasil sediará o IV Fórum Global, a realizar-se em 2005. c) Conclusão do primeiro benchmarking da Rede das Américas, que comparou dados dos escritórios de ética pública do Canadá, Estados Unidos, México, Argentina, Chile, Uruguai Brasil, além de Porto Rico. As atribuições e prerrogativas variam significativamente, alcançando em alguns países, inclusive, funções de corregedoria e representação judicial. O modelo brasileiro situa-se entre o canadense e o estadunidense, sendo a CEP o menor entre todos os escritórios examinados. d) Com relação ao projeto de financiamento do BID, Mauro Bogéa relatou a situação atual e as dificuldades de tramitação junto ao Ministério da Fazenda e à Secretaria do Tesouro Nacional. Ficou acordado que o assunto seja retomado com a Casa Civil e a Controladoria Geral da União, mas que o custeio das despesas da Comissão para o ano em curso não devem depender do contrato com o BID. e) O Programa de Educação da CEP, direcionado para representantes setoriais, multiplicadores e avaliadores, sofreu atraso. Os cursos previstos para o primeiro semestre somente poderão ser realizados no segundo. No caso dos cursos para representantes setoriais e multiplicadores, a nova direção da ENAP sugeriu alterações, que requerem elaboração de material instrucional. A viabilidade ainda está sendo avaliada. No caso do curso com avaliadores, a parceria está sendo estabelecida com a ESAF. Em ambos os casos, os números de turmas deverão ser limitados à disponibilidade orçamentária. f) Em razão das restrições orçamentárias e da transição de governo, foi adiada para o segundo semestre a realização do 4º seminário “Ética como Instrumento de Gestão”. Piquet enfatizou a importância desse evento para o intercâmbio de experiências e avaliação do progresso na adoção das ações dos Representantes Setoriais. Tendo em vista a restrição orçamentária, entendeu a Comissão que se deve buscar a parceria com outros órgãos do governo, sendo aprovada a sugestão do BNDES ou da Petrobrás. g) Ainda sobre o tema da necessidade mínima de recursos para o ano em curso, a Comissão deliberou que sejam solicitados por intermédio da Casa Civil R\$ 250.000,00. h) A promoção da ética poderá constar do Plano Plurianual (período 2004/2007). A Casa Civil da Presidência já encaminhou a proposta ao Ministério do Planejamento. Contudo, a decisão final ainda não foi tomada. i) O exame das consultas do presidente da CAPES, decidida ad referendum pela CEP, e pelo diretor

do IRB, relativa a atividade futura, após deixar o cargo, foi adiado para a próxima reunião. j) Com relação a consulta da área de patrocínio da PETROBRÁS sobre eventuais restrições éticas para a aprovação de projeto apresentado por cônjuge de ministro de Estado, a Comissão entendeu tratar-se de situação que pode suscitar conflito de interesses. Piquet ficou encarregado de elaborar minuta de “recomendação” no sentido de que as autoridades, submetidas ao Código de Conduta da Alta Administração Federal não aprovem pleito de patrocínio ou doação para parentes de ministros e autoridades de nível equivalente. k) Foi examinada denúncia recebida pela Casa Civil a respeito de conduta do atual Secretário Federal de Controle, em 2001, quando este ocupava função anterior de Secretário de Controle Interno da Presidência, referente à ocupação de imóvel funcional. Consideraram os presentes tratar-se de matéria que deve ser objeto, inicialmente, de exame e decisão pela Controladoria-Geral da União, a quem o Secretário está vinculado funcionalmente. Não obstante, considerando a informação de que o Secretário também ocupa a função de membro do Conselho de Administração da Infraero, entendeu a Comissão que tal situação é incompatível com a função de chefe do órgão de auditoria federal. l) Com relação à consulta do gabinete do Secretário de Imprensa e Divulgação da Presidência, sobre os limites que devem ser observados para eventual participação remunerada em seminários e eventos similares, consideraram os presentes que foi adequada e suficiente a providência da Secretaria Executiva no sentido de encaminhar a Resolução da CEP sobre o assunto. m) No que concerne ao tema “atividades paralelas”, os presentes foram informados da falta de resposta da Secretaria de Recursos Humanos/MP à consulta da CEP. Contudo, concluíram que o assunto precisa ter uma definição da CEP, independente dessa resposta, em razão das situações pendentes.

5. A próxima reunião da CEP será realizada no dia 3.7.2003, no Rio de Janeiro, para facilitar o deslocamento dos conselheiros e minimizar custos administrativos. O local será o Ministério da Fazenda, 11º andar, sala 1111, com início previsto para 10h30m e término às 16hs.

MB